

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.024

JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NOS CIEJAS PAULISTANOS: DESAFIOS DE EDUCAR PARA O TRABALHO

*ADRIANA FERNANDES DA SILVA
MARIA DE FÁTIMA CARVALHO*

RESUMO

Este trabalho apresenta excerto de pesquisa de mestrado já qualificada, em desenvolvimento em instituição pública, sobre a inclusão social educacional de estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a qual investiga a proposta educacional orientadora do Centro Unificado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), na cidade de São Paulo, com o objetivo de compreender e apontar limites e possibilidades de realização da preparação deste público para o mundo do trabalho conforme projeto da instituição. Para efeito desta apresentação discute a perspectiva de professoras sobre o objetivo educacional constante no projeto do CIEJA de preparação desses estudantes para o mundo do trabalho na relação com concepções de deficiência intelectual, EJA e preparação para o trabalho expressas pelas entrevistadas. A fundamentação teórica e a análise de dados têm como base contribuições de estudos de políticas e história da educação de jovens e adultos no Brasil com ênfase na educação especial e inclusiva e as contribuições da teoria histórico-cultural de Vygotsky e colaboradores sobre a educação e o desenvolvimento de pessoas com deficiência intelectual. Este trabalho enfoca a proposta de uma unidade educacional e ressalta aspectos de seu fazer atual, assim como recorre a entrevistas semiestruturadas realizadas com oito professoras de um CIEJA do município. Com base em uma abordagem qualitativa descritiva, as análises buscam a articulação entre documentos estudados e dizeres de professoras sobre a educação para o mundo do trabalho problematizando e refletindo os desafios que determinam a realização desse objetivo social educacional em sua relação com as práticas de inclusão desses estudantes e, nesse contexto, de sua preparação para o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos(EJA), CIEJA, Trabalho, Deficiência Intelectual, Teoria Histórico-cultural.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) com a premissa de garantir os direitos essenciais para construção de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipatória. Quando tratamos do campo educacional, nos deparamos com um longo processo de exclusão, em que historicamente os mais pobres não tinham acesso à escolarização. Segundo Gentili (2009), o processo de escolarização é marcado por uma dinâmica de exclusão includente, repleta de avanços e retrocessos e, para um avanço mais efetivo, é fundamental contarmos com decisões políticas em prol de ações efetivas de inclusão.

O direito à educação para todos é algo recente no Brasil; por muito tempo, a educação escolar em nosso país foi um privilégio para poucos, já que o acesso aos bancos escolares era privilégio das pessoas pertencentes a uma elite política e econômica (ARAUJO, 2020). A seleção, baseada na ordem social, excluiu por muitos anos as famílias pobres, os negros, as pessoas com deficiência, e o resultado desse processo de exclusão é a quantidade de pessoas que não se alfabetizou ou que se alfabetizou, porém, não conseguiu concluir a educação básica e não conseguiu.

Como sabemos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), promulgada há mais de 70 anos, define no artigo 26 que todo o ser humano tem o direito à educação gratuita e orientada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana. Posteriormente, a Constituição da República Federal do Brasil (BRASIL, 1988) reafirma o direito à educação.

É por meio do direito social fundamental à educação que outros direitos sociais podem ser alcançados pelo cidadão. O direito a uma educação de qualidade pressupõe que a escola seja um local privilegiado para assegurar a aprendizagem de todos, independentemente de gênero, etnia/raça, classe social, orientação sexual, religião, convicção política, deficiência, idade ou nacionalidade.

Nessa perspectiva, há os estudantes da Educação de Jovens e Adultos que não concluíram os seus estudos na "idade certa" ou não conseguiram permanecer na escola por inúmeros motivos, seja pela violação do direito à educação na infância ou na adolescência em virtude de preconceitos, distância de escolas, necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da casa ou mesmo por não terem tido êxito na aprendizagem, o que causou reprovações", como afirma (Di Pierro 2017 p.11).

A cidade de São Paulo mesmo sendo uma grande metrópole ainda possui um número expressivo de pessoas que não concluíram os seus estudos. A expressividade do problema na metrópole resulta na oferta de cinco formas de atendimento de EJA, sendo que os Centro Integrados de Educação de Jovens e Adultos - os CIEJAs são centros exclusivos de atendimento a jovens, adultos e idosos, atingindo um grande número de pessoas com deficiência acima de 15 anos de idade. De acordo com os dados de outubro de 2022 da Divisão de Informações Educacionais (DIE) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo os CIEJAs contavam com 8.209 estudantes matriculados; desse total, 716 possuíam algum tipo de deficiência e, entre esses estudantes, 482 têm o diagnóstico de deficiência intelectual, o que, por conseguinte, justifica a nossa opção pela investigação dessa forma de atendimento.

Quando falamos do estudante com deficiência da EJA estamos tratando de um processo de dupla exclusão. Essa dupla exclusão se dá pelo fato de que esse estudante que está matriculado na EJA já foi excluído por diversos motivos já citados e pelo fator da deficiência. O processo de inclusão educacional ainda é muito recente em nosso país e, desta forma, é possível afirmar que muitos desses estudantes com deficiência que chegam à EJA são pessoas que passaram por um período em que o acesso não estava assegurado pela legislação.

Historicamente, as pessoas com deficiência eram tratados à margem da sociedade, experimentando várias formas de exclusão, sendo considerados como inválidos e incapazes. Dentre as legislações que estabelecem direitos e demarcam a transformação de um cenário mundial de exclusão social e, principalmente, educacional essas pessoas, é possível citar as Declarações de Jontiem (1990), de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996 e o Decreto nº 3.298, de 1999, entre outros (GARRIDO, Del-Masso; SILVA, 2017, p.7). As mudanças legais, embora incidam sobre a sociedade, não são o suficiente para uma transformação mais potente dos modos sociais de organização e o processo de exclusão vivido pela pessoa com deficiência vai se (re)configurando histórica e socialmente, de tal forma que essa população vai sendo sistematicamente excluída dos processos sociais de educação e trabalho e diferentemente de uma pessoa que não teve acesso à educação formal, mas acessou o mercado de trabalho por meio da construção civil, do serviço de limpeza, ou como vendedor informal, entre outras funções/ profissões que não exigem o domínio da leitura e escrita, o jovem e o adulto com deficiência intelectual, é totalmente excluído do mundo do trabalho o que cria impossibilidades de ordem estrutural e permanente, predominando em sua relação com a sociedade uma “lógica de exclusão” (RUAS, 2018, p.21).

Nesse contexto, é possível conceber que para a pessoa com deficiência intelectual adulta, as possibilidades de participação e inserção social são mais limitadas. Nesse sentido, faz-se necessário que a escola amplie suas possibilidades de inclusão social por meio da educação integral e favoreça a interação social, a ampliação de vínculos, o acesso às diversas formas de cultura e ao mundo do trabalho (CARVALHO, 2006 p. 183).

Não há dúvida que é preciso compreender quem são esses sujeitos e reconhecê-los como estudantes da EJA para que a educação de jovens e adultos possa ressignificar o seu papel, reconhecendo não apenas as especificidades desse público, mas também, neste processo de seu reconhecimento como sujeitos de aprendizagem, criando oportunidades de emergência e ampliação de possibilidades de aprendizagem e inclusão educacional-social. Nesta perspectiva, a educação formal cresce em importância para que se possa cogitar o acesso ao mundo do trabalho.

Estamos então, diante de um cenário que exige atenção política e pedagógica, pois como afirmam Fernandes e Oliveira (2017), a presença do estudante que é, ao mesmo tempo, público da EJA e da Educação Especial é complexa, por se tratar da articulação de duas modalidades de ensino que tradicionalmente não são prioridade para os sistemas de educação escolar. (FERNANDES; OLIVEIRA, 2017, p.288).

Com a publicação do Plano Nacional de Educação (2001), os jovens e adultos com deficiência foram direcionados para a EJA. O PNE (2001), ao tratar sobre a Educação Especial, reconhece a importância da integração das pessoas com deficiência na sociedade e no âmbito educacional, determinando que a escola seja um espaço integrador, inclusivo e aberto para a participação social.

É da perspectiva acima descrita de necessidade de atenção à inclusão dessa população nos CIEJA paulistanos que este artigo apresenta um recorte de pesquisa de mestrado, já qualificada e em vias de conclusão, buscando compreender e apontar limites e possibilidades de realização da preparação deste público para o mundo do trabalho conforme projeto dos CIEJA. Neste artigo é nosso objetivo apresentar a perspectiva de professoras sobre o objetivo educacional constante no projeto do CIEJA de preparação desses estudantes para o mundo do trabalho na relação com concepções de deficiência intelectual, EJA e preparação para o trabalho, expressas pelas entrevistadas.

Neste artigo, destacamos o que dizem as professoras entrevistadas e o que podemos depreender de como entendem esses objetivos quando os relacionam à educação inclusiva e à relação entre ensino e aprendizagem. A reflexão sobre o

tema é pautada nos estudos de Vigotski(2019), autor que define o desenvolvimento como um processo social, atribui enorme importância à educação escolar e, desta perspectiva, ao ensino e ao professor. Suas ideias nos fazem compreender e questionar o papel social da escola e também os entendimentos dos professores em um projeto que atribui à escola o papel de preparar estudantes com deficiência intelectual para o trabalho, projeto que amplia a ideia de educação inclusiva e exige uma posição inclusiva na compreensão da relação entre os processos de aprendizagem e desenvolvimento na escola

Tomamos como base as ideias de Vigotski(2001) sobre o desenvolvimento humano como processo social e a obra Fundamentos da Defectologia (2019), onde o autor trata das dimensões orgânicas-biológicas e socioculturais da criança normal e da criança com defeito, assim como da complexidade do funcionamento do psiquismo humano e dos diversos modos e vias de constituição do ser humano.

De acordo com Vigotski(xxxx) as pessoas com Deficiência Intelectual podem se desenvolver significativamente por meio das interações sociais no ambiente de trabalho, desde que sejam valorizadas as suas potencialidades como sujeito social (SILVA, *et al.*, 2019). Nesse sentido, a escola encontra vários desafios ao tratar sobre os seguintes assuntos: educação para o trabalho que vise a integração e participação social; a diversidade, a inclusão e diversidade. Para que a escola avance se faz necessário um currículo flexível que favoreça o aprendizado de todos, com o fortalecimento da formação continuada dos docentes para que estejam preparados para compreender as necessidades de seus estudantes e assim instrumentalizando seus estudantes para as necessidades do **mundo do trabalho** (DEL-MASSO, 2012) segundo a autora é papel da escola o seu preparo acadêmico para o futuro profissional, ou seja para o **mundo de trabalho** e para o próprio envelhecimento humano (DEL-MASSO, 2012 p. 426).

Segundo o Dicionário de Ciências Sociais a expressão mercado de trabalho, está relacionada a oferta e a procura de mão-de-obra em âmbito restrito ou global, tipos de mão-de-obra.A expressão mundo do trabalho de maneira complexa, ou seja, uma noção que abarca diferentes tipos de conhecimentos e que tem o intuito de informar o indivíduo não somente a respeito do trabalho em si, mas o de informar sobre sua autonomia e, porque não dizer, prepará-lo para a auto-suficiência. (DEL-MASSO, 2000, p. 50-51)

As teses vigotskianas do desenvolvimento social - histórico-cultural é central na explicação do desenvolvimento de todas as pessoas e seus escritos continuam

contribuindo com as pesquisas e discussões nos dias atuais acerca do desenvolvimento das pessoas em situação de exclusão e desigualdade social, quando a realidade social as torna vulneráveis. É nessa direção que as ideias vigotskianas embasam a pesquisa sendo articulada às contribuições de pesquisadores da história da educação de pessoas com deficiência, da EJA e da relação trabalho educação no âmbito da educação de jovens e adultos.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi de natureza exploratória com base na abordagem qualitativa descritiva, as análises buscam a articulação entre documentos estudados e dizeres de professoras via entrevistas semi estruturadas sobre a educação para o mundo do trabalho problematizando e refletindo os desafios que determinam a realização desse objetivo social educacional em sua relação com as práticas de inclusão desses estudantes e, nesse contexto, de sua preparação para o mundo do trabalho. As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores(GIL, 2008 p.27)

A base teórica e a abordagem metodológica nos trazem elementos importantes para a reflexão sobre o papel do Projeto Político-Pedagógico dos CIEJA paulistanos na educação desses jovens e adultos, tendo em vista a preparação para o acesso aos conteúdos sobre o mundo do trabalho visando o ingresso e permanência no mercado do trabalho, quando compreendemos a centralidade do trabalho no desenvolvimento social dos sujeitos.

As ações realizadas no desenvolvimento da pesquisa, de outubro a dezembro de 2022 foram: solicitação de autorização do comitê de ética da universidade e da escola escolhida como campo de pesquisa para realização do trabalho e submissão do projeto as professoras juntamente com convite à entrevista e apresentação de termos de consentimento livre esclarecido; estudo das contribuições de Vigotski e de pesquisadores que abordam a educação de adultos com deficiência intelectual na EJA; revisão bibliográfica, estudo de documentos curriculares do município de São Paulo com base na relação com documentos nacionais, estudo do Projeto Político Pedagógico de uma unidade de CIEJA e realização de entrevistas semiestruturadas com oito professoras, da escola no campo de pesquisa, transcrição das entrevistas e discussão de dados construídos.

Por se tratar de projeto de mestrado, a pesquisa foi aprovada pelo comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP para, as entrevistas foram realizadas após assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Participaram do estudo oito professoras, sendo duas do primeiro segmento¹ (Módulos I e II), quatro do segundo segmento (módulos III e IV) da EJA e duas professoras do Atendimento Educacional Especializado. As professoras foram identificadas como A, B, C, D, E, F, G e H, respectivamente, para a análise das entrevistas. Apresentamos abaixo um quadro descritivo das participantes.

	Professora A	Professora B	Professora C	Professora D	Professora E	Professora F	Professora G	Professora H
Formação acadêmica	-Artes -Pedagogia	-Letras	-Pedagogia	-Magistério Pedagogia -Direito -Pedagogia	Licenciatura em Arte	-Magistério -Pedagogia -Geografia -Arte	História Geografia	-Letras -Pedagogia
Especialização	-Educação Inclusiva -Arteterapia -Autismo e inclusão	Não	- Educação Especial -Docência Superior Educação Infantil		- Educação Especial Arteterapia	Matemática		
Tempo que leciona na EJA	10 anos sendo que 5 foram no CIEJA	10 anos	10 anos total, sendo 4 anos no CIEJA e 6 na EJA	8 anos	10 anos	1 ano	6 anos	6 anos
Componente de atuação	Atendimento Educaional Especializad o	Língua Portuguesa Língua Inglesa	Pedagogia	Pedagogia	Atendimento Educaional Especializad o	fundamental 1	história	-Língua Portuguesa -Língua Inglesa
Etapamódulo que leciona	Sala de Recursos Multifunciona is	Módulos II e IV	1 e 2 no Ano de 2022 Matemática Módulos III e IV	Módulos I e II	Sala de Recursos Multifunciona is	Módulos I e II	Módulos III	Módulos III e IV
Curso de curta duração na área de Ed. Especial				-Curso de Autismo -Alfabetizaç ão para pessoa com deficiência -Deficiência Intelectual	-Educação Especial			
Estudantes com deficiência na turma	20 estudantes	15 estudantes	4 estudantes com laudo	6 estudantes	20 estudantes	12 estudantes	4 estudantes	20 estudantes

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

1 O primeiro segmento da EJA corresponde aos anos iniciais da educação básica. A subdivisão do Ensino Fundamental de nove anos em quatro etapas. A Módulo I - Etapa de Alfabetização compreende os três primeiros anos (1º, 2º e 3º); o Módulo II- Etapa Básica envolve os dois anos seguintes (4º, 5º); a Módulo III - Etapa Complementar compreende os 6º e 7º anos e a Módulo IV- Etapa Final que abarca os anos nais (8º e 9º).

As entrevistas foram realizadas tendo como objetivo compreender como a EJA é concebida na escola e por cada professora. Como a unidade concebe a educação de jovens, adultos e idosos no seu território², e de que forma o projeto do CIEJA articula com as propostas elencadas no Projeto Político-Pedagógico no ano de 2022 da unidade pesquisada, e como esse planejamento colabora com a formação continuada de seus professores, a fim de reverberar em ações efetivas com os estudantes com deficiência intelectual, Desta forma organizamos em seis categorias:

1. Acesso e Permanência na escola
2. Educação inclusiva
3. Formação continuada em serviço
4. Conhecimento das legislações nacionais e municipais sobre o tema.
5. Processo de Ensino e Aprendizagem: potencialidades e dificuldades dos estudantes
6. Contribuições do CIEJA na formação do estudante com deficiência intelectual para o mundo do trabalho

A pesquisa tem como campo de investigação um único CIEJA, sendo os participantes professores/as da unidade escolhida, por ser a escola de EJA que contempla o maior número de matrículas de Educação Especial em perspectiva de Educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação de jovens, adultos e idosos não é marcada apenas pelas condições socioeconômicas, pois estas têm como desdobramentos a violação dos direitos mais básicos de proteção e participação e os que dessas faltas se originam: falta de saúde, falta de educação, falta de proteção, falta de perspectivas de participação social etc e nesse sentido, há muito que caminhar, pois existem muitos desafios a serem superados, como a reparação dos direitos violados na infância e

2 Território- Diz respeito às características socioculturais e econômicas da vizinhança, na qual a escola está inserida, desta forma é possível compreender que as escolas são diferentes umas das outras, com isso o PPP da unidade considera as características e necessidades apresentadas daquela região.

adolescência, a qualificação e aperfeiçoamento profissional, o manejo de novas tecnologias e fruição cultural ao longo da vida, de modo que esse sujeito possa atender às necessidades de qualificação exigidas pela sociedade (DI PIERRO, 2017, p.11-12).

Visando atender essa parcela da população, o Governo Federal e o Ministério da Educação - MEC criam algumas estratégias a serem adotadas pelos estados e municípios para a garantia de uma educação de qualidade, por meio do Plano Nacional de Educação - PNE³ (BRASIL, 2001) na qual a Meta 10 apresenta onze estratégias fundamentais para o público da EJA. As estratégias implícitas no Plano Nacional de Educação estão vinculadas à educação profissional, ao mundo do trabalho e à oferta de cursos; as estratégias⁴ 10.4, 10.5 e 10.8 estão ligadas diretamente ao estudante com deficiência na EJA.

Desde a promulgação da Lei Federal nº 5.692, de 1971, que a EJA está associada ao acesso à formação para o trabalho e profissionalização ou seja, do Mobral à EJA que conhecemos hoje ocorreram algumas mudanças na legislação; porém, a relação com o mercado de trabalho nunca deixou de fazer parte desta modalidade de ensino.

O município de São Paulo, conta com 16 CIEJAs, ofertam o Ensino Fundamental I e II, com a duração de quatro anos, estruturadas em quatro módulos, cada um deles com duração de 1 ano (200 dias letivos). O CIEJA realiza uma forma de atendimento em diversos períodos e, por se tratar de um centro que atende exclusivamente o público adulto, apresenta características específicas. Um ponto importante a ser observado é que o corpo docente é formado por educadores concursados da Rede Municipal de educação- RME-SP, designados para atuar nessas

3 Plano Nacional de Educação- PNE - Subsídios para a Elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Governo Federal,2001.Disponível em: [Plano Nacional de Educação \(PNE\) – Subsídios para a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#) Acesso em:05 de mar. de 2023

4 Estratégias: 10.4 - ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional;
10.5- implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na EJA, integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;
10.8-fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

unidades, após terem sido aprovados no processo seletivo. O professor designado nesses centros possui 8 horas semanais da sua jornada de trabalho destinadas à formação docente e para planejamento das aulas e projetos com os demais professores da unidade.

O CIEJA no qual a pesquisa foi realizada, era composto por um público bem diverso, estudantes trabalhadores, donas de casa, jovens, idosos e educandos com deficiência intelectual, a faixa etária desses estudantes no período de realização da pesquisa variava entre 15 a 86 anos. O total de matrículas no segundo semestre do ano de 2022 era de 382 distribuídas em 26 turmas, desses 59 estudantes possuem algum tipo de deficiência (que apresentaram laudo médico), o que correspondia a 14% dos das matrículas.

Além dos estudantes que possuem laudo, há um grande número de estudantes com severas dificuldades de aprendizagem que buscam os serviços de saúde e não possuem laudo, porém possuem o indicativo de deficiência ou algum distúrbio de aprendizagem. A unidade conta com duas professoras do Atendimento Educacional Especializado-AEE e duas Salas de Recursos Multifuncionais⁵ para atender o estudante com deficiência pela manhã e outra no período da tarde e professoras.

Existem muitos desafios a serem superados ao tratarmos das condições em que os sistemas de ensino concebem o processo de ensino e aprendizagem do sujeito com deficiência. Frente a esses desafios, consideramos que o professor tem papel central e buscamos aqui destacar o que dizem os professores sobre a educação inclusiva e a relação entre aprendizagem e desenvolvimento. Buscamos também aprender como a EJA e a deficiência intelectual são compreendidas, considerando-se que é uma característica constitutiva dos sujeitos, assim como a modalidade EJA, em suas especificidades também define as relações de ensino e aprendizagem.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão é um conceito amplo, há sempre uma preocupação que permeia a educação: será que os estudantes são realmente incluídos ou na prática ainda

5 A Sala de Recursos Multifuncionais-SRM é ofertada no contraturno do estudante com deficiência sempre que houver necessidade.

ocorre a integração? Incluir implica ações que estão além do acesso e da garantia de matrícula. A educação é um direito inegociável, principalmente quando nos propomos a lutar para um ensino realmente inclusivo que reconheça as diferenças.

Os CIEJAs, assim como todas modalidades de ensino da Secretaria Municipal de Educação, atuam com base nos princípios que fundamentam a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, por meio da Portaria 8.764/16 (SÃO PAULO, 2016). O documento está ancorado na: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007) e seu Protocolo Facultativo, promulgada pelo Decreto Federal nº 6.949 (BRASIL, 2009), de 25 de agosto de 2009, e das Leis Federais nº 9.394 (BRASIL, 1996), de 20 de dezembro de 1996, e nº 13.146 (BRASIL, 2015), de 6 de julho de 2015, bem como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) e ainda, a Lei Municipal nº 16.271 (SÃO PAULO, 2015), de 17 de setembro de 2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação de São Paulo e finalmente, a deficiência como um conceito em evolução, resultante da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem a sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Desta forma, a unidade educacional CIEJA pesquisado, organiza seu PPP segundo a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva do município e define as ações para cada ano letivo, para o ano de 2022.

Ao perguntar às professoras entrevistadas como elas avaliam os processos de inclusão escolar desses estudantes no CIEJA, na relação com o projeto curricular do CIEJA, obtivemos as seguintes respostas:

Ainda precisa de muitas coisas a serem feitas, porque por exemplo, EU era da sala regular antes, então meu olhar era diferente, um olhar de que o aluno com deficiência tinha que fazer algo diferente dos outros estudantes (professora A)

Então eu acho que aqui eles são muito acolhidos, né? Esse lado? Dá atenção, eu acho isso muito importante[...] Então eu acho que aqui eles são muito acolhidos [...] Dá atenção, eu acho isso muito importante. Todo mundo é muito amoroso, mas eu acho nesse um ano que eu estou aqui, estou aprendendo muito também. Eu acho que deveria ter esses registros de para especificar mais, sabe? (professora B)

Então eu vejo de forma positiva, principalmente nos módulos 1 e 2. Porque é diferente dos outros módulos 3 e 4, que às vezes você vai encontrar adolescentes no nosso módulo. É difícil ter adolescente, então o acolhidos[...] Nós elogiamos, chamamos, né? Para que ele se sinta encorajado a fazer, a participar. Então eles ficam assim, extremamente felizes(professora C)

'eu acho que eles conseguem se integrar bastante. Eu vejo uma postura bem diferente, porque... teve um aluno que geralmente é mais dependente, muito cuidado no sentido de, né? É até infantilizado. Quando ele chega aqui, ele começa a conviver com o espaço. É onde tem outros jovens e adultos, então a postura muda, cria uma autonomia maior, né? Eles conseguem se apropriar do espaço, ter uma Independência, e eu acho que só essa questão do convívio com o mundo do trabalho, os temas que os professores da sala regular trazem, muda a perspectiva de vida e abre 11 perspectivas. (professora E)

Acho que sim! Enfim, e sim, por que contribui com [...] porque houve um progresso de muitos alunos assim, no aspecto emocional, no aspecto social, a convivência é essa questão de [...] É até do aluno que tem uma certa deficiência intelectual dele olhar um outro também, que tem deficiência, se colocar na condição do outro e de ter essa interação até a interação entre eles, entre a gente e entre eles também. Então eu acho muito importante, eu acho muito bom, certo (professora B)

Das oito professoras entrevistadas, todas professoras apresentaram exemplos da inclusão dos estudantes na turma, e como se deu a relação com os outros colegas da turma, por meio de exemplo de convivência e acolhimento. A professora B, ao relatar as ações da sua prática, traz a importância de acolher as famílias e da afetividade com os estudantes. Observamos que o relato está em consonância com a concepção de Educação Inclusiva expressa no PPP da unidade: “acolher e escutar os estudantes com deficiência e de suas famílias são ações fundamentais para decisões sobre o trabalho a ser feito. Conhecer seus medos, anseios e expectativas” [...] (PPP. 2022 p.40). No entanto, as professoras entrevistadas, não mencionaram a complexidade constitutiva dos processos de inclusão desses alunos quando se trata da relação com o conhecimento, com conteúdos e práticas específicas como, por exemplo, a alfabetização - central na educação de jovens e adultos.

Nos dizem da importante contribuição do trabalho institucional sem fazer menção à relação com os pares adultos e sem entretecer qualquer relação que aponte para a importância do papel do outro nos processos de inclusão. Os destaques das entrevistadas são em sua maioria referentes a dimensão da socialização e dos afetos, mas muito pouco se diz sobre os processos de ensinar e aprender.

Nesse sentido, o Currículo do Município de São Paulo da EJA como documento norteador de trabalho do professor, ao conceituar sobre a educação inclusiva reconhece a diversidade humana e a atenda a necessidade de se constituir uma escola para todos, sem barreiras, na qual a matrícula, a permanência, a aprendizagem e a garantia do processo de escolarização sejam, realmente e sem distinções, para todos (SÃO PAULO, 2019 p.25). Deste modo os conceitos trazidos pelo documento

não se resume apenas ao acesso, permanência e socialização, o documento e destaca que:

Os conteúdos sejam portas abertas para a aprendizagem de todos. De acordo com Connell, "ensinar bem [nas] escolas [...] requer uma mudança na maneira como o conteúdo é determinado e na pedagogia. Uma mudança em direção a um currículo mais negociado e a uma prática de sala de aula mais participativa" (2004, p.27). Portanto, coloca-se o desafio de se pensar formas diversas de aplicar o currículo no contexto da sala de aula e adequá-lo para que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento, por meio de estratégias e caminhos diferenciados. Cada um pode adquirir o conhecimento escolar nas condições que lhe são possibilitadas em determinados momentos de sua trajetória escolar (OLIVEIRA, 2013 apud São Paulo, 2019 p.25)

Logo, observamos uma lacuna entre a concepção apresentada pelo currículo do município e a compreensão do conceito trazidos pelos professores. Acreditamos que a formação continuada é um fator relevante para o trabalho da equipe docente, uma vez que a escola não é apenas um espaço para socialização e acolhimento.

Para Fernandes e Oliveira (2017) a questão da formação continuada com foco na Educação de Jovens e Adultos e no estudante com deficiência é complexa, por envolver necessidade de duas formações. As autoras destacam que há poucas produções acadêmicas sobre esta temática.

A RELAÇÃO ENSINO - APRENDIZAGEM

Ao perguntar para as professoras se as propostas pedagógicas realizadas na sua unidade escolar contribuem para o desenvolvimento da cidadania dos estudantes com deficiência intelectual, elas relataram:

Acho que sim! Enfim, e sim, por que contribui [...] porque houve um progresso de muitos alunos assim, no aspecto emocional, no aspecto social, a convivência é essa questão [...] É até do aluno que tem uma certa deficiência intelectual dele olhar um outro também, que tem deficiência, se colocar na condição do outro e de ter essa interação até a interação entre eles, entre a gente e entre eles também. Então eu acho muito importante, eu acho muito bom (professora B)

Sim, porque também nas aulas de história, Geografia não, mas eu tive oportunidade de acompanhar, porque eu também fico colaborativo⁶ com esses estudantes. Falaram sobre as leis, sobre a política, sobre o SUS, quase os países que têm o SUS, quais os países que não têm, como a importância disso. Então várias coisas foram mencionadas durante as aulas para esses estudantes no geral. (professora A)

Olha, eu acho sim, porque, nós procuramos sempre colocar eles dentro do debate toda, todas as aulas, independência que que nós damos, nós trabalhamos com ele esse ano [...] eu trabalhei uma questão ela trabalhou outra. então a gente falou das eleições, mostramos, fizemos simulação com todos os estudantes. E como era uma votação eletrônica, qual era essa importância. Porque tirar o título de eleitor. [...] a gente permite e dá espaço, às vezes que não é coisa da aula, mas ele está ansioso para contar. Então, a gente dá esse espaço para que ele possa falar, interagir. Então, eu acredito que é trabalhado. Eu acho que tem coisas que a gente tem uma limitação [...] às vezes a gente não pode entrar muito no campo, mas nós acabamos trabalhando (professora C).

Acho que contribui, mas eu acho que quando a gente faz a cidadania, a unidade tem que estar também dialogando com outros espaços. É o que eu sinto. Então, quando você fala a cidadania, você vai trazer as informações pra ele. Mas se você tiver que nem a gente tem que levar pra alguns espaços culturais, tem muito projeto fora pra conhecer, outros espaços. Ocupar os espaços falando que a gente ocupou muito aqui a praça [...]. A história da né! na cidade do bairro [...] Eu acho que o maior papel que a gente poderia dar para ele é se tivesse um intercâmbio com outros espaços [...] Teria que ter mais uma rede de apoio, sabe? Para ter essa troca (professora E).

Compreendemos que as falas das professoras vão ao encontro da concepção⁷ e conceitos⁸ do Currículo da Cidade- EJA e das propostas da unidade, pelas atividades serem significativas e vinculadas às práticas sociais, dialógicas, levando em consideração a importância das histórias dos estudantes e de seus valores e saberes.

Ao centrar o olhar para as estratégias pedagógicas realizadas com os estudantes da EJA espera-se que tais propostas considerem o público, os seus

6 Atendimento colaborativo é uma das formas de atendimento do AEE onde o professor da Sala de Recursos Funcionais - SRM atua no ensino regular em colaboração conforme Portaria SME nº 8.674/2016.

7 Concepção do Currículo do Município de São Paulo- EJA

8 Conceitos norteadores do Currículo do Município de São Paulo- EJA - Educação integral, Equidade e Educação Inclusiva. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-jovens-e-adultos-eja/publicacoes-eja/curriculo-da-cida-de-eja/> Acesso em 14agos.2023

saberes aprendidos no seu percurso de vida e que dialogue com a sua realidade, ou seja, é preciso considerar esse estudante jovem e adulto, o que nada muda para os estudantes com deficiência intelectual. Logo ao perguntar para as professoras entrevistadas sobre as estratégias pedagógicas, seis conheciam o Desenho Universal para Aprendizagem -DUA, onde elas dialogam sobre as diversas formas de aprender e ensinar. O entendimento ainda não está consolidado com algumas professoras como afirma a professora E:

Agora eu não estou lembrada. Já ouvi falar alguma coisa [...] Eu acho que é alguma coisa recente, né? (professora E)

Eu não faço atividade diferenciada, tá? Então eu não faço, então assim, quando eu penso na minha atividade de organização, eu já estou. Eu já estou pensando nesse aluno, então se eu trabalho com muitas cores, figuras, música..Dentro da da das minhas sequências didáticas (Professora F)

Eu acho que o CIEJA, automaticamente, mas o professor que dá aula, ou CIEJA, ele já mesmo que não saiba, ele já acaba, é aplicando o DUA, porque o público é muito de diversos, então. A gente tem adultos aqui que ainda tem uma grande dificuldade que só escrita não daria para ele absorver a informação. Então eles usam data show muito, até não ser ver na escola, todas têm [...] Eu acho muito importante, então começar com o audiovisual, começar com projetos todos. [...] Nunca vi tanto o projeto, mas para esse público do EJA, já está dentro, já está inserido (professora E)

Observamos, novamente, que há um descompasso entre a formação docente e a atuação das professoras, e que o processo de ensino e aprendizagem não é mencionado. As entrevistadas descrevem um trabalho que considera a leitura do mundo, que é fundamental neste processo, mas ao tratar sobre os estudantes com deficiência não é mencionada uma relação sistemática com a língua escrita, um trabalho de ensino-aprendizagem da palavra escrita.

Del-Masso(2000) reafirma que para a escola avançar se faz necessário um currículo flexível que favoreça o aprendizado de todos, e destaca a necessidade da formação continuada dos docentes para que estejam preparados para compreender as necessidades de seus estudantes preparando-os/instrumentalizando-os para as necessidades do **mundo do trabalho**. Segundo a autora, é papel da escola o preparo acadêmico para o futuro profissional, ou seja para o **mercado de trabalho** e para o próprio envelhecimento humano (DEL-MASSO, 2012 p. 426). Acrescentamos aos argumentos da autora, a necessidade de preparação para o presente, para a vida diária, onde a relação com a escrita é fundamental: escrever e ler o próprio nome,

ler um calendário, compreender uma placa, ler o que identifica o itinerário de um ônibus etc.tudo isso inclui os sujeitos na realidades social, nas práticas organizadas permitindo uma participação individual-coletiva mais efetiva. Dessa perspectiva podem ser consideradas as contribuições de Freire (FREIRE, 1968) sobre a compreensão do sujeito em suas relações com o mundo.

Se reportando a Freire, Britto e Di Giorgi explicam(2022, p. 11)

É imperativo reconhecer o direito da gente – o(a) educando(a), o(a) outro(a), com quem nos relacionamos e a quem dirigimos nossa palavra – de “dizer a sua palavra” e, portanto, de “escutá-los”, falando com ela e não a ela, pois “simplesmente falar a eles seria uma forma de não os ouvir”; e, para falar com os educandos e educandas, devem os educadores e as educadoras [...] “assumir” a ingenuidade dos educandos para poder, com eles, superá-la. É assumir a ingenuidade dos educandos demanda de nós a humildade necessária para assumir também a sua criticidade, superando, com ela, a nossa ingenuidade também (FREIRE, 1982b, p. 17).

CONTRIBUIÇÕES DO CIEJA NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL PARA O MUNDO DO TRABALHO

Para que a escola possa cumprir o seu papel, a partir dos conceitos e princípios expressos nas legislações e nos documentos oficiais vigentes da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e do Projeto Político-Pedagógico da unidade, é necessário que os princípios da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, a educação integral e a equidade caminhem juntos. Nesse sentido, as falas das professoras trazem uma preocupação na formação integral e humanizadora dos estudantes como um todo e, especificamente, daqueles educandos com deficiência intelectual. A **professora E** compreende que a unidade colabora pelo próprio “método” e destaca a importância do convívio ao pontuar que:

“[...]eu ainda acho que a gente poderia auxiliar mais. Porque eu percebo que ele sai do CIEJA, nem todos são acolhidos em outros espaços”.

A **professora B** destaca a importância de identificar as potencialidades e barreiras no seu dia a dia, assim como o envolvimento das famílias; reconhece o papel da escola em orientar para o acesso ao mundo trabalho e a necessidade de parcerias para auxiliar no trabalho com as famílias. A entrevistada nota que elas

não acreditam ou desconhecem as potencialidades dos filhos. “Se tivesse alguém que pudesse fazer essa ponte entre escola e trabalho seria uma ação fundamental”. (professora B).

A professora E, ao citar o caso de um estudante que trabalhou em uma rede atacadista de alimentos, passou por vários setores no local de trabalho, mas não tinha êxito, pois não se encaixava na rotina da empresa – faltava alguém para explicar-lhe as suas atividades, a rotina do local, entre outras coisas –, reconhece que as suas potencialidades daquele estudante talvez não tenham sido observadas ou consideradas na atribuição do cargo, durante a contratação.

Todas as professoras afirmam a importância de parcerias para as ações relacionadas ao mundo do trabalho visando o mercado de trabalho. É possível identificar que algumas iniciativas e parcerias ocorridas em anos anteriores auxiliaram; porém, ainda há carência de profissionais e/ou instituições que possam orientar a escola, as famílias e as empresas. Essa questão é retratada pela professora A:

Seria o ideal nós termos uma parceria com uma instituição que ofereça cursos que encaminhe esses estudantes do mercado de trabalho que tragam mais informações sobre a legislação também, porque muitos pais são bem simples e desinformados a esse respeito. A gente se depara com pais assim, que acreditam até que não precisam colocar na escola, que podem ficar em casa e aí gera uma dependência. E eles precisam de mais autonomia, e creio que mais parcerias ... escolas. (professora A)

Nesse sentido é fundamental que a Secretaria Municipal de Educação como órgão central possa criar políticas públicas que atendam de forma efetiva as necessidades apresentadas pelas professoras, a parceria com as instituições públicas e privadas podem auxiliar no acesso ao mercado de trabalho.

Ao questionar os docentes da unidade sobre o desejo dos estudantes com deficiência ingressarem ao mercado de trabalho, todos afirmaram que são poucos os casos na unidade, alguns já trabalham no mercado informal ou em casa. A professora A cita a lei de cotas Lei nº 8.112 (BRASIL,1990) que determina a reserva de até 20% do percentual de vagas para concursos públicos, a lei de Cota Lei nº 8.213 (BRASIL,1991) que estabelece a reserva de para empresas com mais de 100 funcionários, a Lei nº 13.146 (BRASIL,2015) que apresenta diretrizes e tecnologias que possam apoiar esse indivíduo no ambiente de trabalho e traz o **trabalho como apoio** como uma modalidade, porém acredita que ainda há muitos desafios a serem superados.

As professoras entrevistadas relataram que os encontros das famílias com a escola ocorrem até com uma certa frequência, por motivos de faltas, em festas, apresentações de projetos, todavia não houve menção de ações com vistas a contribuir para um diálogo sobre o ingresso e/ou permanência no mercado de trabalho.

Notamos que as professoras entrevistadas demonstraram uma preocupação com os estudantes com deficiência intelectual ao concluírem o Ensino Fundamental, uma vez que as famílias não compreendem a importância do trabalho ou mesmo da escola para os seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam para a existência de um trabalho de acolhimento e de leitura de mundo com os estudantes com deficiência intelectual, porém nos perguntamos por que a discussão enfatiza o campo dos afetos e a leitura do mundo, mas não problematiza as relações com conhecimentos e conteúdos, as relações de ensino e aprendizagem, como por exemplo, da palavra. Essa forma de pautar a educação da população com deficiência intelectual persiste vinculada aos modos biologizantes e médicos de conceber a deficiência e as consequentes formas de simplificar sua educação, nivelando-a por um número menor de exigências e ofertas.

Isso nos permite refletir sobre em que medida o projeto dos CIEJA, ainda que apresentado pelas professoras como um êxito, em suas formulações, organização e execução na escola, realmente contribui para que os estudantes jovens e adultos com deficiência intelectual possam efetivamente acessar o mundo do trabalho e lá permanecer de forma que concorra para seu desenvolvimento, sua formação cidadã. Devemos indagar sobre o que efetivamente o CIEJA ensina e os estudantes aprendem. Como, por que e com quem aprendem e, em que medida, os aprendizados contribuem para a sua inserção no mundo do trabalho, para o acesso a uma profissão?

O mercado de trabalho hoje é muito competitivo, a cada dia de trabalho surgem novos desafios e situações de toda ordem podem ser instauradas exigindo do jovem e do adulto com deficiência intelectual respostas que efetivamente o incluam em sua ambiência de trabalho.

É possível, como alternativa, levar às últimas consequências a ideia vigotskiana de desenvolvimento social e, sobre essa base de entendimento do desenvolvimento na existência (ou não) de deficiência, poder transformar as práticas de educação

dessa população tendo como fim, mais que sua preparação para o trabalho, sua formação cidadã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005 DE 25 DE JUNHO DE 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 ago 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência).** Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm . Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. Plano Nacional de Educação - **PNE - Subsídios para a Elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação.** Governo Federal,2001.Disponível em:[Plano Nacional de Educação \(PNE\) – Subsídios para a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](http://www.inep.gov.br/planos-estaduais-e-municipais-de-educacao) Acesso em:15 de ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.Disponível em: [Decreto nº 6949 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2009/006/dec006949.htm) Acesso: 15 ago. 2015.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Governo Federal, 2007. Disponível em: [Política Nacional de Educação Especial na \(mec.gov.br\)](http://Política Nacional de Educação Especial na (mec.gov.br)) Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. LEI nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991 **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-normaa-tualiza-da-pl.html>. Acesso em: 02 mar. 2023.

CARVALHO, Maria de Fátima. **Educação de jovens e adultos com deficiência mental: inclusão escolar e constituição dos sujeitos.** Horizontes, v. 24, n. 2, p. 161-171, jul./dez. 2006a

CARVALHO, Maria de Fátima. **Conhecimento e vida na escola: convivendo com as diferenças.** Ed. Unijui, Campinas, SP, 2006b.

DEL-MASSO, MARIA CÂNDIDA SOARES. **Orientação para o trabalho: uma proposta de adaptação curricular para alunos com deficiência mental.** 2000. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: ReP USP - Detalhe do registro: Orientação para o trabalho: uma proposta de adaptação curricular para alunos com deficiência mental . Acesso em: 24 maio 2023.

DI PIERRO, MARIA CLARA. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, 2005.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Prática Pedagógica com Jovens e Adultos com Deficiência Intelectual: limites, desafios e possibilidades.** Deficiência mental e Deficiência Intelectual em Debate, Editora Navegando, ed. Eletrônica, Uberlândia, 2017.

BRITO, Luiz Percival Leme; "GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini Di. **Leitura do Mundo e Educação em Freire.** Educ. Soc., Campinas, v. 43, e258577, 2022.

GIL, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

Lei nº 16.271 de 17 de setembro de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo. Disponível em: [LEI Nº 16.271 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015 « Catálogo de Legislação Municipal \(prefeitura.sp.gov.br\)](#) Acesso em: 15 ago.2015.

SÃO PAULO (Cidade). PORTARIA SME nº 8.764, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016. Regulamenta o Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016, **que institui no Sistema Municipal de Ensino a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva** 2016b. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-8764-de-23-de-dezembro-de-2016>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade para a educação de jovens e adultos**. São Paulo: SME,2019. Disponível em: [Currículo da Cidade - EJA | SME Portal Institucional - SME Portal Institucional \(prefeitura.sp.gov.br\)](#). Acesso em: 05 mar. 2023.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ONU-**Declaração Mundial de educação para Todos**(1990),Disponível em:[Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien, 1990 - UNESCO Digital Library](#) Acesso em: 25 jun. 2023.

ONU-**Declaração de Salamanca** (1994), Disponível em: [Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994 - UNESCO Digital Library](#) Acesso em: 25 jun. 2023.

ONU **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (2006)Disponível em: [Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência \(unicef.org\)](#) Acesso em: 25 jun. 2023.

RUAS, Agnes Cristhina Correia. **Inclusão social da pessoa com deficiência intelectual: um desafio para o mundo do trabalho.** Dissertação de mestrado. São Mateus - ES, 2018.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras Completas - Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia.** Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. – Cascavel, PR:EDUNIOESTE, 2019.